



INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03, de 14 de outubro de 2003.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista os artigos 4º e 9º, da Lei Complementar nº 11/91 e conforme o disposto no inciso XXXIII do artigo 24 e no artigo 105 do Regimento Interno deste Tribunal, e,

CONSIDERANDO o que dispõe a Instrução Normativa nº 02/2003, que aprova o Manual de Orientação para Remessa de Documentos ao TCE/MT e adota outras providências, entre elas, a de determinar a conferência prévia e conseqüente recusa de documentos apresentados com inobservância às regras estabelecidas nestes Instrumentos a partir do dia 14 de outubro de 2003 (60 dias após a publicação da referida Instrução Normativa);

CONSIDERANDO a argumentação do Exmo Sr. Governador do Estado – Sr. Blairo Maggi – através do Ofício nº 202/2003-GG – de que há necessidade de adequação do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAF – para o cumprimento das regras específicas, principalmente na geração eletrônica de dados necessários ao fornecimento de informações gerenciais específicas para prestações de contas, e, ainda, para dar maior efetividade aos controles contábeis e operacionais de concessão, aplicação, prestação de contas e inadimplências de convênios, contratos e outros instrumentos congêneres.

CONSIDERANDO, por fim, a solicitação do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso, mediante já citado Ofício, e pelas razões expostas no parágrafo anterior, para que seja prorrogado o prazo de entrada em vigor das regras citadas para o dia 1º de abril de 2004.

RESOLVE:

Art. 1º - **Alterar** o disposto no art. 8º da Instrução Normativa nº 02/2003, que passa a ter a seguinte redação:

C:\temp\Instrucao_Normativa_n_03_2003.doc



Tribunal de Contas do Estado
de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

“Art. 8º - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições que com ela conflitem, e aplicando-se o disposto no artigo 3º a partir do dia 1º de abril de 2004.”

Art. 2º - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Sala das Sessões em Cuiabá, 14 de outubro de 2003,

Conselheiro Branco de Barros - Presidente

Conselheiro Ary Leite de Campos - Vice-Presidente

Conselheiro Ubiratan Spinelli

Conselheiro Antonio Joaquim – Corregedor geral

Conselheiro José Carlos Novelli

Conselheiro Valter Albano

Conselheiro Júlio Campos



Tribunal de Contas do Estado
de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

Procurador de Justiça, Dr. José Eduardo Farias